ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

Estudos Críticos de TURISMO, TERRITÓRIO E AUTODETERMINAÇÃO

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.17878

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

O TURISMO NA PRAIA DO TOFO: INHAMBANE (MOÇAMBIQUE) E SUA RELAÇÃO COM OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO

Tourism in Tofo beach – inhambane and its relation with space production circuits

Le tourisme à praia do Tofo – inhambane et sa relation avec les circuits spatiaux de production

ALBERTO JOSÉ MATE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) / Universidade Save – Moçambique

FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Resumo: A Praia do Tofo na cidade de Inhambane constitui uma das riquezas turísticas de Moçambique e possui um elevado investimento estrangeiro que altera a produção social do espaço. Nesse sentido, constituía objetivo desta pesquisa identificar como ocorre a articulação do turismo com os circuitos espaciais de produção locais. A análise dos resultados da pesquisa evidencia que o turismo na Praia do Tofo estabelece uma série de inter-relações com atividades produtivas locais que se enquadram nos circuitos espaciais de produção do pescado, artesanato, vestuário, material local de construção como tijolo queimado e palha. Do ponto de vista da produção, muitos desses circuitos não apresentam especialização técnica, os seus agentes possuem pouco domínio de ferramentas tecnológicas modernas, as relações entre os agentes são informais, o que enfraquece o seu empoderamento, favorece a exploração do trabalho humano e limita as suas liberdades substantivas.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Circuito Espacial Produtivo. Cooperação.

Abstract: Tofo beach in Inhambane city is one of tourist wealth and has a high foreign investment that alters the social production of the space. The objective of this article is to identify how the articulation of tourism occurs with the local spatial production circuits. The results revealed that tourism in Praia do Tofo establishes a series of interrelationships with local productive activities that fit into the spatial circuits of fish production, handicrafts, clothing, local building materials such as burnt brick and straw. From the point of view of production, many of these circuits have no technical expertise, their agents have little mastery of modern technological tools, relations between agents are informal, which weakens their empowerment, favors for the exploitation of human work and limits their substantive freedoms.

Keywords: tourism, development, productive space circuit, cooperation.

Résumés: La plage de Tofo dans la ville d'Inhambane est l'une des richesses touristiques et a un investissement élevé constituant le pays étranger qui change la production sociale de l'espace. L'objectif de cet article est d'identifier comment s'opère l'articulation du tourisme avec les circuits spatiaux de production locale. L'analyse des résultats obtenus met en évidence que le tourisme à Praia do Tofo établit une série d'interrelations avec les activités productives locales qui s'inscrivent dans les circuits spatiaux de production de la pêche, de l'artisanat, des vêtements, des matériaux de construction civile tels que la brique cuite et la paille. Du point de vue de la production, beaucoup de ces circuits n'ont pas d'expertise technique, leurs agents maîtrisent peu les outils technologiques modernes, les relations entre agents sont informelles, ce qui fragilise leur autonomisation, favorise l'exploitation du travail humain et limite leurs libertés substantielles.

Mots-clés : tourisme, développement, circuit spatial productif, coopération.

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, o *boom* da atividade turística tem como marco inicial o ano de 1992, com o fim da guerra civil. Uma década depois, regista-se um crescimento exponencial e, conforme dados do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM 2), de menos de 500.000 chegadas internacionais no ano 2000 chegou-se a um incremento de cerca de 1,9 milhão em 2013. Este incremento motivou a institucionalização do sector, o que levou o governo a criar um sistema de regulamentos, políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo.

Entretanto, o advento da atividade turística em Moçambique operou transformações profundas no uso social do espaço, com destaque para a zona costeira da província de Inhambane, onde se verificou a apropriação de terras localizadas na faixa costeira da Praia do Tofo para a construção de infraestruturas turísticas e sua posterior expansão para outras áreas costeiras como Barra e Tofinho (Guambe, 2018), gerando potenciais conflitos entre uma visão ilusória dos benefícios para a comunidade contra uma lógica neoliberal da atividade turística (Terenciano; Mucache; Pedro, 2017).

Se, por um lado, o fenômeno da globalização do turismo levou a uma reformulação de políticas de desenvolvimento, equilíbrio do poder entre Estado, capital e trabalho, por outro o turismo na lógica da mundialização do capital teve impactos ambientais e socioculturais nas comunidades receptoras (Pereira; Bohem, 2006), assim como gerou interações complexas que se verificam nas variadas formas de apropriação do espaço pelos diversos agentes sociais.

Em tal contexto, esta pesquisa tinha como objetivo identificar a forma como se dá a articulação do turismo na Praia do Tofo, em Inhambane-Moçambique, com os circuitos espaciais de produção locais.

Não obstante o turismo na Praia do Tofo pertencer, na sua maioria, a capitais globalizadas, os circuitos espaciais de produção possibilitam compreender as reações e comportamentos locais, além dos usos sociais do espaço, por intermédio das interações entre operadores turísticos e diversos agentes sociais.

No caso moçambicano, apesar de estarem garantidas as liberdades de participação política, ainda se observam algumas limitações para a participação econômica nos diversos circuitos produtivos locais, quer pelos baixos níveis de escolaridade, quer pela fraca apropriação de meios técnicos capazes de elevar a qualidade dos produtos locais, o que às vezes contribui para que os operadores turísticos adquiram produtos básicos na capital do país ou os importem no mercado sul-africano.

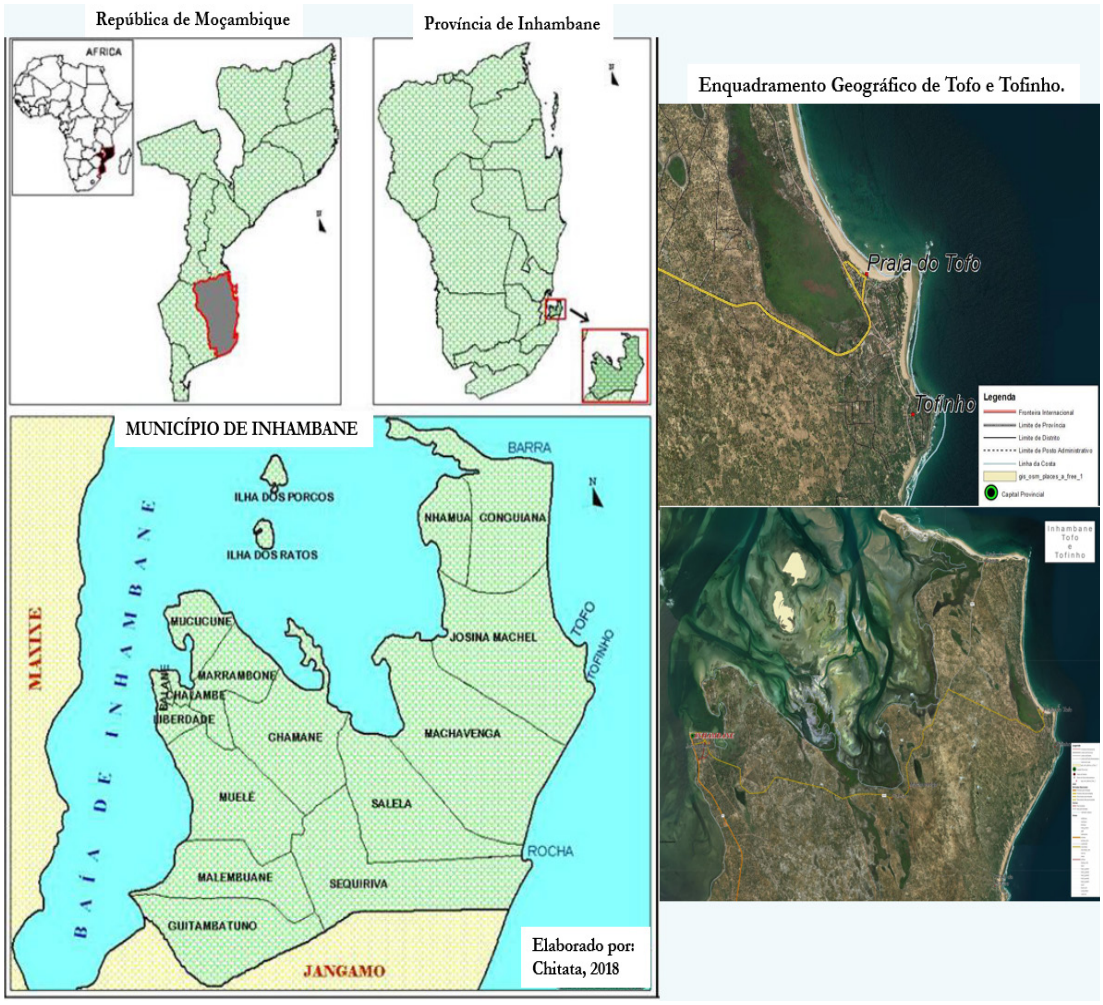
MATERIAIS E MÉTODOS

Para proceder à análise das interceções entre turismo e os circuitos espaciais de produção, a pesquisa foi desenvolvida em Moçambique, concretamente na Praia do Tofo. Moçambique é um país africano que se situa na região da África austral e tem

como fronteiras a Tanzânia (norte), Malawi, Zâmbia e Zimbabué (oeste), África do Sul e Suazilândia (sul), Oceano Índico (leste) com uma extensão costeira de 2.700 quilômetros.

Segundo dados do Censo 2017 (IV Recenseamento Geral da População e Habitação), o país tem uma população total estimada em 27.909.798 habitantes. Deste total, cerca de 33,4% residem na área urbana, ao passo que uma maioria de cerca de 66,6% residem na área rural. Comparativamente ao Censo de 2007, o país registou um crescimento populacional de cerca de 35%, ao passo que a esperança de vida é fixada numa média de 53,7 anos, resultante de algumas melhorias nas políticas sociais, o que sucede com a taxa de analfabetismo que reduziu de 50,4% em 2007 para 39% em 2017. No que diz respeito à força de trabalho, a população economicamente ativa estima-se em cerca de 57,6%, da qual aproximadamente 66,8% se encontram no sector primário (agricultura, silvicultura, pesca, extração mineira), 4,5% estão no sector secundário (indústria manufatureira, energia, construção), 12% se encontram no sector terciário (transportes e comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos). Em geral, o país ainda apresenta elevada prevalência da pobreza, a julgar pela redução do PIB *per capita* em USD que em 2007 se estimava em 458 e em 2017 fixou-se em 453 (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

Mapa 1 – Localização da Praia do Tofo – Província de Inhambane – Moçambique



O Mapa 1 ilustra a localização da província de Inhambane, esta que se situa ao sul de Moçambique e faz fronteiras com as províncias de Gaza (oeste e sul), Manica e Sofala (norte). A leste é banhada pelo Oceano Índico com uma faixa costeira que se estende ao longo de cerca de 700 quilômetros. Tem como capital a cidade de Inhambane. A população da província de Inhambane, em 2017, era estimada em cerca de 1.488.676 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDT 2), na província de Inhambane localizam-se duas áreas prioritárias para o investimento em turismo: Vilankulo/Bazaruto, na principal área prioritária e a Cidade de Inhambane/Tofo, na área secundária (Ministério da Cultura e Turismo, 2016). A Praia do Tofo faz parte da área turística sul e constitui um dos principais destinos turísticos de Moçambique, o que acentua a sua importância para a economia nacional pelas dinâmicas espaciais engendradas pelo turismo.

Guambe (2018) demonstra o efeito que o crescimento da atividade turística teve na zona costeira de Inhambane, com enfoque para a apropriação das terras costeiras para a construção de infraestruturas turísticas, alargamento do espaço turístico para além da área urbanizada de Tofo, surgimento de novos territórios turísticos como Barra, Tofinho, Rocha, Baía dos Cocos, Massavana, Guinjata, Paindane e Ligogo. Percebe-se que o alargamento da atividade turística no Tofo, especialmente por ser uma área prioritária para o investimento turístico, altera as dinâmicas do uso do espaço e requer maior articulação entre os lugares.

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa teve um caráter descritivo e exploratório e privilegiou uma abordagem qualitativa que incidiu sobre a análise de dados obtidos por meio da observação direta e de entrevistas feitas no local (Severino, 2016; Markoni; Lakatos, 2015).

A pesquisa bibliográfica marcou a primeira etapa da pesquisa e implicou a leitura de textos teóricos para delimitar o campo epistêmico, tanto em livros como em artigos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, ao passo que a pesquisa documental consistiu na consulta efetuada em alguns documentos para obtenção de dados sociodemográficos, caso do IV Recenseamento Geral da População e Habitação, e documentos orientadores sobre a política de turismo em Moçambique – o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDT 2).

Na segunda etapa, procedeu-se à recolha de dados por meio da observação direta, que consistiu na deslocação, entre os meses de fevereiro e março de 2019, para ter um contato direto com o campo de pesquisa e compreender a organização do turismo. Já no local, foram realizadas seis entrevistas não estruturadas (Jovchelovitch; Bauer, 2002), do tipo narrativas, que conferiam maior liberdade aos entrevistados para explicitar a sua visão sobre o turismo local. Nesse sentido, foram realizadas seis entrevistas com operadores turísticos de três estâncias localizadas na Praia do Tofo, visando identificar os circuitos produtivos locais com os quais interagem. Para alargar o horizonte da pesquisa, também foram entrevistados nove agentes que integram os circuitos espaciais de produção locais, dos quais dois atuam no ramo da produção do pescado, dois no

artesanato, dois no vestuário e três no ramo de material local de construção (tijolo queimado e palha), para compreender a sua forma de organização e as diversas etapas do processo produtivo, bem como a sua interação com o turismo.

A interpretação dos dados das entrevistas e o guião de observação foram possíveis com recurso à análise de conteúdo (Campos, 2004), tendo facilitado a compreensão das etapas que compõem os circuitos espaciais produtivos locais na Praia do Tofo, além de ter sido possível sintetizar os principais circuitos espaciais produtivos ativados pelo turismo na praia do Tofo.

Turismo e desenvolvimento: uma contextualização

O turismo é uma prática moderna que se consolidou entre as décadas de 20 e 30 do século XX, influenciada pela revolução tecnológica na indústria e nos sistemas de transportes e comunicações, a globalização da economia, a mundialização do capital e o incremento do turismo de massas (Ignarra, 2003), o que levou muitos países a reformularem as suas políticas, considerando o turismo como uma importante fonte de obtenção de divisas e alternativa ao desenvolvimento.

A emergência da globalização na década de 1970, a segmentação geográfica da produção do espaço, a divisão territorial do trabalho, as transformações políticas, as crises econômicas, ambientais e socioculturais constituíram a plataforma a qual refletiu sobre o turismo contemporâneo e os modelos de desenvolvimento. Dado que o setor do turismo começou a empregar milhões de pessoas no mundo todo, muitos governos passaram a dar ênfase ao paradigma econômico do desenvolvimento, em parte encorajados pelo impacto socioeconômico da atividade turística (OMT, 2014).

Com efeito, o desenvolvimento veio a constituir-se em preocupação das grandes nações, com destaque para as discussões levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas e outros organismos internacionais, como por exemplo o Relatório “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma, 1971; a Conferência Mundial de Estocolmo, 1972; o Relatório “Nosso Futuro Comum”, 1987; a Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992; e a Conferência Mundial Rio + 10 em Joanesburgo, 2002 (Araújo; Gelbcke, 2008).

Apesar de o conceito de desenvolvimento ser usado como sinônimo de crescimento econômico, a década de 1970 foi importante para uma reformulação e ampliação conceitual. Merece destaque a teoria do desenvolvimento humano, inicialmente proposta por Dudley Seers (1970), para quem o desenvolvimento de um país pressupõe a redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade como condições necessárias para a realização da condição humana.

Na mesma esteira de pensar uma alternativa ao crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, Manfred Max-Neef, Antonio Elizalde e Martín Hopenhayn (1986) propuseram o conceito de desenvolvimento à escala humana para dar conta da satisfação das necessidades humanas fundamentais. Nesse sentido, o desenvolvimento

à escala humana tem como pilares a articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, ajuste dos processos globais aos comportamentos locais, sinergias entre processos de natureza social com o individual (Max-Neef, 1998). Assim, depreende-se que qualquer política de desenvolvimento deve ser humanista no sentido de superar a tensão entre a falta e o poder que é imposta pelas necessidades básicas. Acima de tudo, esta perspetiva permite valorizar os aspetos humanos locais, dado que apenas as comunidades sabem das suas necessidades.

Apesar do pouco sucesso desta teoria nos meios políticos, o meio acadêmico foi fundamental para a sua disseminação e, na década de 1990, registaram-se outras tentativas de reformulação do desenvolvimento com os trabalhos de teóricos como Amartya Sen, Mahbub ul Haq e Richard Jolly, que inspiraram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a adotar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um mecanismo de mensuração da satisfação das necessidades básicas das pessoas em vários países com base em critérios como qualidade de vida, longevidade e nível de conhecimento (Boisier, 2001).

A nova abordagem do PNUD constitui uma ampliação conceitual na medida em que o Produto Interno Bruto (PIB) deixa de ser o único indicador de desenvolvimento das nações, assim como o crescimento econômico passou à condição de mediador, ao passo que o fator humano se tornou o fim do desenvolvimento (Moura; Pereira, 2017). Portanto, os três critérios de mensuração do IDH permitem compreender (i) as oportunidades que as pessoas dispõem para acederem à saúde de qualidade, evitar a morte prematura e atingir o padrão mais elevado de saúde física e mental; (ii) a educação de qualidade como fator de expansão das liberdades individuais e ampliação das possibilidades de escolha e perspetivas de vida; (iii) a renda como meio para superar necessidades básicas como água potável, comida e abrigo.

Para os defensores da teoria do desenvolvimento humano, na contemporaneidade não basta assinalar o crescimento da riqueza mundial em termos econômicos e tecnológicos, mas é necessário que o desenvolvimento seja humano, sustentável e integral como condições de alcançar bem-estar e justiça social (Riquelme, 2010).

Dado que esta pesquisa leva em consideração os fins do desenvolvimento, é pertinente que se examine a teoria de desenvolvimento como liberdade, proposta por Amartya Sen. Para Sen (2010), o desenvolvimento vai além da acumulação de riqueza, do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda. Na perspetiva da liberdade, o desenvolvimento tem como finalidade a expansão das liberdades substantivas dos sujeitos, as capacidades de decidir sobre o estilo de vida que as pessoas querem e a melhoria da qualidade da vida.

A expansão das liberdades dos indivíduos torna a sua vida mais rica e mais desimpedida, torna os seres sociais mais completos e capazes de interagir e influenciar o mundo em que vivem. Vale destacar que só com a liberdade é que os indivíduos podem alcançar a “condição de agentes”, capazes de agir e ocasionar mudanças no seu meio, participar de ações econômicas, sociais e políticas (Sen, 2010).

O turismo, por ser simultaneamente uma atividade econômica e prática social capaz de ocasionar mudanças nos usos sociais do espaço e transformação das paisagens e relações sociais (Nunes; Santos; Azevedo, 2014), constitui uma plataforma privilegiada para discutir as questões sobre o desenvolvimento por meio da análise das formas de interação entre os agentes envolvidos nos diversos circuitos espaciais produtivos locais, com enfoque para o fator humano, o capital social, as capacidades que esses agentes têm de ocasionar mudanças, as liberdades envolvidas para satisfação das necessidades básicas desses agentes que interagem neste mercado globalizado, representado pelo turismo. Tal perspetiva é importante, pois "o desenvolvimento sempre será mostrado como um processo local, endógeno, descentralizado, capilar e contínuo ou descontínuo sobre o território" (Boisier, 2001, p. 18).

O circuito espacial produtivo como categoria analítica do espaço

O desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações e transporte na contemporaneidade modificou os hábitos de mobilidade e comunicação da sociedade, consequentemente alterou os processos de organização dos grupos, a sua relação com o lugar e a ligação entre os lugares. Num mundo altamente globalizado e modernizado, nunca foram tão fáceis a circulação e a comunicação como são atualmente. Mesmo com a crescente onda de virtualização, o lugar continua uma categoria analítica importante a se ter em conta nas diversas relações de produção, circulação e comunicação.

A organização espacial se faz por meio da circulação e da comunicação, não admira o interesse da geografia pelos processos de deslocamento de pessoas e bens materiais, associados ao desenvolvimento de infraestruturas e redes de transportes. Dantas (2017) reitera que a circulação permite o funcionamento de um sistema de ligação entre as pessoas e os lugares, ao mesmo tempo que destaca a singularidade do lugar. A comunicação diz respeito ao fluxo de informações, associado ao desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações, o que não anula o interesse da geografia pelas novas tecnologias de informação e comunicação, dado que impactam diretamente na concentração das pessoas e atividades, assim como na sua circulação.

Uma das formas de compreender a organização do espaço na sociedade globalizada é através da análise dos circuitos espaciais de produção. Milton Santos (2008) entendia que o espaço, enquanto categoria geográfica, é simultaneamente uma instância social capaz de organizar, condicionar e transformar as relações sociais. Esse processo verifica-se com a globalização, pois ela alterou a ordem geopolítica, a distribuição das atividades econômicas no espaço e a articulação entre os lugares.

Não menos importante é o fato de se constatar que a divisão internacional do trabalho e a internacionalização do capital tiveram impactos diretos na diferenciação das relações de trabalho, na hierarquia dos lugares e no aumento das desigualdades geradas por causa dos interesses internacionais (Moraes, 2017), cuja lógica é ampliar a capitalização para além da capacidade real de valorização, o que reforça o poder dos

detentores do capital, que por isso passam a comandar a lógica da circulação internacionalizada e oligopolizada do capital à escala global.

A divisão territorial do trabalho, a acumulação do capital e o aumento de trocas comerciais têm forte ligação com o comportamento do espaço, sendo por isso fundamental compreender o conceito de circuito espacial de produção e círculos de cooperação no espaço. O circuito espacial de produção pressupõe a circulação de fluxos materiais na conexão de empresas ou estâncias geograficamente separadas (Castilo; Frederico, 2010) e abarca diferentes fases como a produção, distribuição, comercialização e consumo (Arroyo, 2008). No entanto, os círculos de cooperação no espaço explicam a articulação que se estabelece entre os lugares e os agentes por meio de comunicação e fluxos de informação que facilitam a organização, a hierarquização e a harmonização das diversas etapas de produção.

Entende-se que há uma circularidade que caracteriza este movimento constante que vai da produção ao consumo, possibilitando que ocorram diversas relações entre os agentes (existência de monopólios, agentes dominantes e dominados, hierarquização dos setores e ramos de atividades, redes de cooperação etc.), por isso que a análise dos circuitos espaciais produtivos apela também para os círculos de cooperação no espaço.

Para Moraes (2017), os circuitos espaciais de produção se caracterizam pelas relações de interdependências técnica, econômica, social e política entre as empresas; interações entre a mundialização do capital e a realidade histórica de cada país; hegemonia do circuito internacionalizado sobre os circuitos locais. Estas características podem ser úteis para analisar o turismo em Moçambique, pois na qualidade de um circuito internacionalizado, maioritariamente de capitais estrangeiros, ele desempenha a função de ordenador dos vários circuitos locais, mas como não consegue ser autossuficiente, acaba articulando diversos circuitos produtivos locais.

Vale ressaltar que os circuitos espaciais produtivos podem compreender (i) o circuito por ramos, caracterizado pelas relações técnicas e sociais, localização das atividades e tipologias dos lugares; (ii) circuito de firmas, relativo às relações econômicas e de cooperação entre grandes empresas; (iii) circuito espacial ou territorial, referente ao uso do território por ramos produtivos e pelas firmas (Milton Santos *apud* Castilo; Frederico, 2010).

Para a operacionalização deste trabalho, interessa analisar o subcircuito espacial ou territorial para dar conta da apropriação, transformação e uso do espaço geográfico de Inhambane, com o seu rico potencial para o desenvolvimento do turismo e, concomitantemente, analisar as articulações entre o circuito espacial produtivo do turismo e os circuitos espaciais locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar da internacionalização do capital gerar um processo desigual nos territórios, o turismo na Praia do Tofo tem ativado uma série de circuitos espaciais de produção que nos permitem compreender as inter-relações entre a mundialização do capital

e a realidade histórica local, a participação de diversos agentes locais nesse mercado internacionalizado do turismo.

Com efeito, a observação possibilitou que os pesquisadores visitassem alguns estabelecimentos turísticos na Praia do Tofo, dos quais se destacam várias atividades produtivas associadas à construção civil. Tirando os hotéis de luxo, cujos padrões de construção são internacionais, a maioria dos *lodges*, segundas residências e restaurantes são construídos com material obtido localmente. Desse modo, os circuitos espaciais de tijolo e palha são preponderantes neste ramo da construção civil.

O tijolo é produzido no distrito de Jangamo, nas margens do rio Mutamba, que deságua na Baía de Inhambane. Geralmente, é uma atividade artesanal, feita a partir do barro recolhido nas margens do rio Mutamba. Dos contatos feitos no local foi possível constatar que o processo de fabrico do tijolo envolve cerca de 300 homens e mulheres, a maioria dos quais não estão organizados em associações ou cooperativas locais, o que pode limitar a sua participação no mercado e dificultar o acesso a várias formas de financiamento, por se tratar de uma atividade caraterizada pela informalidade, e poucos agentes possuem um registo legal.

A primeira etapa da produção do tijolo começa com as escavações nas margens do rio para extrair o barro. Existe uma divisão de funções, sendo que aos homens cabe fazer escavações para retirar o barro, ao passo que as mulheres o transportam até aos estaleiros artesanais. Conforme se constatou no local, o processo de fabricação de tijolos envolve mais homens, ao passo que as mulheres se ocupam mais da fabricação de utensílios como panelas de barro e outros artigos de decoração.

Segue-se a etapa da pisa do barro, quando o barro é triturado com os pés, uma vez que não existem meios técnicos adequados, como moinhos ou máquinas de trituração do barro. Depois de triturado, o barro é colocado em moldes de tijolos prontos, deixa-se secar e depois segue-se a etapa da queima do tijolo nos fornos tradicionais, aquecidos com combustível lenhoso e que ocorre a céu aberto.

A ausência de meios técnicos ajustados à produção também condiciona a formação dos homens e mulheres envolvidos neste processo. Do diálogo com os entrevistados, percebeu-se que há poucas ações de capacitação sobre técnicas de produção, higiene e segurança no trabalho, com a exceção do curso de cerâmica oferecido pelo Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional, em 2006, cuja abrangência foi reduzida, e um curso da Unesco sobre produto e equipamento, em 2008. Esses processos de formação não tiveram continuidade para beneficiar muitos dos oleiros em atividade.

Trata-se de um processo de fabricação bastante precário, com riscos para a segurança e saúde dos produtores, para além dos potenciais impactos ambientais que a produção artesanal pode causar (desmatamento das áreas de extração, abate indiscriminado das florestas para a produção da lenha, poluição do ar resultante da queima, buracos visíveis nas margens do rio Mutamba).

A falta dos meios técnicos adequados para o fabrico de tijolo afeta a qualidade desse tijolo, o que se observa em sua superfície ondulada e na falta de uniformização do tijolo

nas diversas olarias, pois não existe uma divisão de controle de qualidade, já que não se faz o acabamento no tijolo. Isso favorece para que ele seja vendido a um preço baixo comparativamente ao tijolo produzido nas fábricas de cerâmica. Consequentemente, a atividade atrai mão de obra barata, os rendimentos obtidos não contribuem para a sua modernização.

A questão de acesso e domínio das novas tecnologias é fundamental para se pensar no desenvolvimento local. Como observa Azevedo (2008), o domínio das novas tecnologias pode permitir às comunidades rurais a modernização das tradições produtivas, passando da atual produção manual e mecânica do tijolo para a adoção de novas tecnologias adaptadas aos saberes locais. Esse processo de transferência tecnológica pressupõe maior organização das comunidades locais, empresas e do poder político para a formulação de políticas e programas, outrossim apela para uma maior qualificação dos agentes envolvidos na produção de tijolo por meio de ações de formação permanente.

A formação, conforme sustenta Sen (2010), constitui um dos veículos importantes para o desenvolvimento na medida em que pode ampliar as capacidades dos produtores, habilitá-los a fazer escolhas sábias sobre os meios adequados para garantir a sustentabilidade da sua produção, melhorar a qualidade da produção e, consequentemente, a sua qualidade de vida. Enquanto estes produtores ficarem privados de meios técnicos modernos que facilitem o processo de produção do tijolo, eles continuarão privados de liberdades substantivas e com suas capacidades limitadas, o que coloca em causa o processo de desenvolvimento.

Relativamente à etapa de distribuição do tijolo, esta segue diversas rotas na província de Inhambane, com enfoque especial para as estâncias turísticas na Praia do Tofo e outras zonas costeiras da província de Inhambane. O comércio geralmente é feito por atacadistas, mas para aquisição de grandes quantidades de tijolos, como é o caso dos operadores turísticos, fazem-se encomendas. O perfil dos consumidores finais é vasto, desde operadores turísticos, cidadãos locais que fazem uso parcial dos tijolos no processo de construção das suas habitações, cidadãos das zonas urbana e rural das cidades de Inhambane e Maxixe e de distritos como Jangamo e Inharrime. Conforme salientado por Guambe (2018), pode-se inferir que no circuito espacial de produção de tijolos se denota uma coexistência entre duas formas de produção do espaço, sendo que uma reproduz o capital, pois é voltada para o consumo de bens e serviços ligados ao turismo, e a outra é de subsistência, vinculada à reprodução da vida.

Dado que cresce o número de estâncias turísticas na Praia do Tofo e outras zonas costeiras de Inhambane, sendo o turismo dominado por capitais estrangeiros, aumenta a pressão sob os oleiros tradicionais em termos de inovação tecnológica e melhoria da qualidade dos seus produtos, desde tijolos até outros objetos funcionais e de decoração. Alguns oleiros entendem que o trabalho em forma de associações e cooperativas poderá facilitar o acesso ao crédito e financiamento público; consequentemente, poderão investir em equipamentos e melhorias no domínio dos processos técnicos de produção, conjugada com estratégias de distribuição e comercialização.

O circuito espacial da produção de material de construção local inclui, para além do tijolo queimado, o coqueiro que fornece a palha, os barrotes, a madeira para a produção de bancos e outros móveis (Fotos 1a e 1b). Porém, os agentes que integram este circuito fazem parte do que Max-Neef (1986) chama de sector invisível ou sector descartável para o governo e classes dominantes, razão pela qual não se verificam ações de planejamento orientadas para estes setores, visando a melhoria das condições de produção.

Por se tratar de sujeitos invisíveis, os agentes deste circuito estão sujeitos a uma vulnerabilidade social e econômica que, por sua vez, condiciona as suas liberdades substantivas ao colocar esses trabalhadores num cativeiro implícito devido à precariedade das condições de trabalho, limitação de liberdades de acesso aos mercados dos produtos, caso das limitações para o acesso a processos técnicos modernos capazes de incrementar a produtividade (Sen, 2010).

Fotos 1a e 1b – *Lodge* construído com material local



Fonte: dados da pesquisa.

O turismo na Praia do Tofo articula-se com o circuito espacial de produção do pescado. Segundo dados avançados pela associação dos vendedores de pescado no mercado da Praia do Tofo, neste circuito participam como principais agentes cerca de 70 pescadores da comunidade local, organizados em associação, e uma rede de varejistas que estabelece uma forte cooperação com os pescadores. Castilo e Frederico (2010) afirmam que os círculos de cooperação no espaço dizem respeito à articulação que se estabelece entre os lugares e os agentes por meio de fluxos de informação, conexão entre as diversas etapas da produção, visando uma melhor organização. Com efeito, foi possível notar ao longo das entrevistas realizadas que existe uma forte cooperação entre estes agentes na etapa da produção.

Fig. 2a – Lodge construído com material local
Fonte: dados da pesquisa

Na conversa com um dos membros da associação dos pescadores, foi possível compreender que o processo de produção do pescado é feito diariamente e em geral sem condições de conservação do peixe, recorrendo à técnica de pesca à linha e uso de canas, barcos a remo e a motores. Paralelamente, há outros pescadores que usam o arpão, recorrendo à técnica de mergulho. Observe-se que os varejistas cooperam nesta

etapa por fornecer a isca, assim como os motores usados na pesca à linha. Com este tipo de cooperação, os varejistas garantem a exclusividade no fornecimento do pescado ao passo que os pescadores não têm que se preocupar com a venda do seu produto, muito menos com a conservação, já que fica na responsabilidade dos primeiros.

Apesar dos pescadores sublinharem que não há uma hierarquia neste modelo de cooperação, pode se inferir que os varejistas que fornecem o material necessário à pesca têm maior poder de negociação sobre o preço do pescado e influenciam diretamente este circuito espacial produtivo porque detêm parte dos meios necessários para o trabalho dos pescadores.

Na etapa da distribuição, o pescado é colocado à disposição principalmente no mercado do Tofo pelos varejistas. Só neste mercado existem cerca de 30 comerciantes que mantêm uma boa comunicação entre si e com pescadores de outras praias ao longo da zona costeira de Inhambane. Os varejistas vão à procura do pescado que para além do mercado local é colocado noutras praças como a cidade de Maputo, recorrendo à rede de transporte público de passageiros para o envio de mercadorias. Dado que os pescadores não têm sistemas de refrigeração, no período do verão costuma haver perdas e o controle da qualidade é feito em conjunto pelos pescadores e varejistas, mediante um processo de negociação que muitas vezes lesa os pescadores artesanais.

É importante sublinhar que este processo de cooperação entre as associações dos pescadores e dos vendedores de pescado atesta o capital social da comunidade, cuja organização se baseia nesses processos de partilha de informações, técnicas e meios de produção. A respeito, Putnam (2006) postula que o capital social é muito importante para o desenvolvimento econômico, quando baseado na livre associação, horizontalidade dos processos, confiança mútua entre os membros das associações e respeito pela regra da reciprocidade.

Enquanto os comerciantes fornecem os motores para os barcos dos pescadores, eles beneficiam-se da reciprocidade generalizada quando ganham a prioridade na compra do peixe. Portanto, este movimento associativo e de cooperação entre os pescadores e comerciantes de pescado tem benefícios recíprocos, reforça a confiança mútua e possibilita a partilha dos prejuízos nos momentos em que aquece muito e se verificam perdas no pescado, estabelecendo uma plataforma de negociação que não lese nenhuma das partes. Desse modo, é lícito afirmar que nas comunidades em que se aplica a regra de reciprocidade não há espaço para oportunismos, aumenta a interação e capacidade de interconexão entre os agentes, há facilidade de comunicação e melhora-se o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos, para além de ser fácil solucionar os problemas da ação coletiva (Putnam, 2006).

O pescado é comercializado por uma rede de varejistas que integra pequenos e médios comerciantes locais e atacadistas que se encontram em Maputo. Os comerciantes locais só enviam o pescado para atacadistas que compram acima de 100 quilogramas. Os consumidores finais são diversificados, sendo que a prioridade na venda do pescado vai para os operadores turísticos de Tofo e outras zonas costeiras próximas da cidade de Inhambane. Não há um perfil único de consumidores, pois estes variam desde

as comunidades locais que se alimentam basicamente do pescado aos turistas estrangeiros que frequentam a praia e o mercado do Tofo e turistas nacionais de classe média e alta que esporadicamente compram enormes quantidades de peixe para levarem no regresso às suas zonas de origem.

Para além do pescado, o circuito espacial de produção de vestuário destaca-se na articulação com o turismo no Tofo. Este circuito fornece à indústria do turismo materiais como cortinas, lençóis e jogos de cama, toalhas, objetos de decoração feitos com base na *capulana* (Fotos 2a e 2b), para além de bonés, bolsas, carteiras, calções e camisas. Tal como os outros circuitos espaciais produtivos locais, este circuito não é especializado e faz parte do circuito inferior da economia urbana, o que Arroyo (2008) designa por economia invisível dos pequenos, cujo circuito espacial de produção de roupa encontra-se completo, abarcando etapas como *design*, montagem, costura e comercialização.

A produção de vestuário ocorre em pequenas oficinas, designadas alfaiatarias, que se podem encontrar no mercado do Tofo ou em outros pontos da área urbana de Tofo. É possível encontrar pequenos *ateliers* ou oficinas cuja diferenciação reside no uso da *capulana* como principal tecido na confecção do vestuário.

Num artigo assinado por Johnny Kraveirinya, assinala-se o século XIX como marco inicial do uso do termo bantu *capulana* em referência às feiras organizadas nas terras do antigo chefe tradicional Pulana Mpfumo, parte da atual cidade de Maputo, onde comerciantes indianos vinham vender os seus tecidos orientais, com destaque para os tecidos com estampa colorida *Java Print*.

Foto 2a – Tecidos de capulana mercado da Praia do Tofo



Fonte: Dados da pesquisa.

Foto 2b – Artigos feitos com capulana no



Fonte: dados da pesquisa.

O processo de globalização permitiu que esses tecidos de origem indonésia, antigamente feitos com a impressão tipo batique, se popularizassem pela Arábia, Índia, China, Japão, Nigéria, Senegal, Marrocos e outros países africanos. Kraveirinya (2013) afirma que a institucionalização do termo “capulana” deveu-se à viagem feita pelo então primeiro presidente de Moçambique independente no ano de 1975, que ao percorrer todo o país generalizou o uso do termo para as mulheres, e forjou-se na *capulana* um símbolo de identidade africana.

Ao longo de séculos, diversos países africanos se apropriaram deste tecido, inovando nas estampas para ganharem certa diferenciação pelos lugares onde é produzido. De produto indonésio, a estampa colorida ganhou uma feição africana e moçambicana própria, tornando-se num dos artigos mais importantes no circuito espacial de produção de vestuário em Moçambique.

Vale notar que nas pequenas lojas ou alfaiatarias visitadas não existe um estilista responsável pela idealização, e as funções de modista e alfaiate confundem-se, pois a mesma pessoa faz modelagem, corte e costura. Ao longo das entrevistas constatou-se que há vezes em que os clientes trazem os modelos de vestuário para serem replicados, fazendo uso da *capulana*, mas noutras vezes os alfaiates recorrem às mídias digitais para baixarem modelos de vestuário e outras peças decorativas que são customizadas a partir da junção da *capulana* com outros tecidos.

A *capulana* é adquirida em lojas especializadas nas cidades de Maxixe e Maputo, mas por razões histórico-econômicas como a crise da indústria têxtil moçambicana nas décadas de 1980 e 1990, a mesma era importada de países como Tanzânia, Índia e China. Muito recentemente, com a retomada da indústria têxtil, fábricas como a Nova Texmoque Lda., em Nampula, têm se encarregado do abastecimento do mercado moçambicano, o que diminui os custos para obtenção dos tecidos.

Foi possível constatar que a maior parte dos alfaiates que operam neste circuito não possui formação específica. Muitos deles são autodidatas ou aprenderam em oficinas caseiras, o que justifica as imperfeições no processo de corte e costura, pois continua sendo uma atividade artesanal. Ademais, as oficinas locais ou alfaiatarias funcionam com máquinas de cozer manuais e há pouca ou quase nenhuma divisão de funções, pois todos fazem tudo. Numa das oficinas que funciona no mercado do Tofo foi possível constatar que, para o fabrico de bolsas, os alfaiates imitam modelos preexistentes. Trata-se de uma aprendizagem contínua. O que muda é a aplicação da *capulana*, mas o processo criativo não tem nenhuma originalidade, apenas explora-se o lado simbólico do valor do uso deste tecido. Porém, a falta de especialização, assim como o uso de técnicas manuais, condiciona a qualidade do acabamento das obras produzidas.

A falta de autenticidade nestes produtos colocados não parece preocupar os turistas que são atraídos pela beleza das cores e combinações da *capulana*. Apesar deste tecido fazer parte de uma identidade cultural moçambicana, os artigos produzidos podem ser encontrados em qualquer outro lugar e o seu consumo reflete mais o exotismo da experiência turística que busca o estranho (Brambilla; Baptista, 2016).

Na etapa da distribuição foi possível identificar que, para além do mercado do Tofo, os diversos produtos feitos na base da *capulana* também são enviados para a cidade de Maputo, especialmente a Praia da Ponto do Ouro. A partir de contatos previamente estabelecidos com outros varejistas, os alfaiates locais coordenam com o transporte público para o envio das suas mercadorias.

No que diz respeito à venda, existe uma rede de varejistas no mercado do Tofo e arredores da cidade de Inhambane. Entretanto, os consumidores dos artigos produzidos

localmente são turistas nacionais e estrangeiros que frequentam a Praia do Tofo, assim como membros da comunidade local que fazem encomendas. Geralmente, os operadores turísticos fazem poucas encomendas, havendo alguns que preferem contratar serviços individualizados para o fornecimento de peças de decoração, jogos de cama e sofás.

Um caso específico foi observado na estância turística "Casa na Praia", cujo operador turístico preferiu contratar alfaiates para trabalharem a tempo inteiro e produzirem no local diversos artigos de cama, sofás e decoração. Este é um exemplo de como a globalização gera um desenvolvimento desigual, pois como afirma Harvey (2005), o capital globalizado busca vantagens na produção, recorrendo à mão de obra barata e fácil de explorar. No caso do turismo em Moçambique, os operadores turísticos buscam a mais valia no espaço e na exploração do trabalho humano, chegando a converter as comunidades locais em "meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, o que estabelece formas contraditórias e desarticuladas entre o lugar, a nação e o mundo" (Terenciano; Mucache; Pedro, 2017, p. 7).

Foto 3 – Artigos feitos por alfaiates locais Fonte: dados da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao contratar alfaiates ao serviço do operador turístico, gera-se emprego e renda, mas não se pode descortinar o aproveitamento desta mão de obra pouco qualificada e a demanda pelos serviços de confecção de vestuário e similares a preços baixíssimos. Assim, estes alfaiates ao serviço exclusivo do operador turístico, aliciados por um emprego fixo, vendem a sua mão de obra a um custo bastante baixo quando comparado ao custo de compra de produtos de decoração no mercado local.

Quem visita Tofo certamente que se apercebe da riqueza cultural representada pelo artesanato local. Este circuito espacial produtivo é tão importante quanto os outros e envolve diversos agentes, entre os quais dez artistas plásticos organizados em associação e diversos comerciantes de obras de arte.

Para além dos agentes que se localizam no mercado do Tofo, existem diversos artesãos ambulantes, especialmente crianças e adolescentes com idades que variam dos

dez aos dezasseis anos. Estes ambulantes dedicam-se a entrelaçar colares e mascotes de pulso com o nome do cliente gravado.

O processo de produção envolve diversas etapas criativas, materializadas por meio de técnicas como batique, desenho, pintura, escultura, técnicas compositivas mistas, entre outras. Percebe-se que há uma distinção clara das funções dos artistas/fazedores da arte e dos comerciantes. Quando os pesquisadores buscaram informações sobre o processo criativo, aqueles que inicialmente se apresentavam como artistas ou artesãos logo indicaram os verdadeiros criadores para se obter mais detalhes sobre o processo de produção. Um dos aspetos que saltaram à vista durante as entrevistas e observação do processo criativo é que neste circuito espacial produtivo também se coloca em causa a autenticidade das obras expostas.

O processo de globalização na pós-modernidade e, acima de tudo, o neoliberalismo criou uma sociedade de consumo e de informação, cujo processo envolveu muita destruição criativa (Harvey, 2008), pois não só afetou a divisão do trabalho e a combinação de tecnologias, mas até alterou a própria ética do mercado. Com efeito, foi possível constatar que alguns artistas se limitam a copiar e recriar obras baixadas da internet e outros mídias sociais. Este processo mimético não cumpre com um dos requisitos da autenticidade e originalidade dos bens culturais do lugar onde ocorre o turismo. Aliás, é pela mesma lógica que se pode encontrar uma obra originalmente produzida em Inhambane, mas que é reproduzida em outros lugares do país. Esses são os efeitos da globalização.

À parte as questões de autenticidade, os poucos artistas que trabalham no Tofo queixam-se da inexistência de um lugar apropriado para a produção artística, pois não existe um centro cultural, muito menos *atelier* apropriado. Por enquanto, os trabalhos são feitos num edifício inacabado, abandonado, em ruínas e com o risco de desabar sobre os artistas e vendedores que ali se encontram. Dado que a maior área é ocupada pelos vendedores, os artistas ficam confinados a um compartimento bastante escondido, onde os turistas têm dificuldades de acesso para comprar diretamente as obras ou fazer encomendas personalizadas.

O processo de produção também enfrenta diversas barreiras legais, especialmente para os artesãos e escultores que trabalham com a madeira, devido a limitações legais no uso deste recurso natural. Mas também falta uma coordenação multissetorial para criar condições adequadas, como um mercado ou feira bem-organizada capaz de atrair mais turistas.

A maior parte das obras produzidas pelos artistas locais são colocadas no mercado do Tofo e não tem sido fácil para estes artistas enviarem os seus trabalhos a outras praças. O comércio geralmente é feito pelos próprios artistas e por uma rede de varejistas que também vendem obras produzidas em outros locais. Geralmente, os maiores consumidores são turistas estrangeiros e nacionais, ao passo que os operadores turísticos raramente adquirem obras de arte para a decoração das suas estâncias.

A visita a alguns operadores turísticos permitiu identificar outros circuitos espaciais produtivos, que fazem parte do circuito inferior da economia urbana e com menor

capacidade de organização e articulação. Por exemplo, o circuito de fruticultura não está bem estruturado. Os operadores turísticos e outros moradores locais que possuem fruteiras nas suas casas compram a fruta (papaia, maracujá, laranja etc.) usada para os *cocktails* naturais nos vendedores particulares que a trazem do distrito de Inharrime. Trata-se de uma atividade cujo nível de organização e articulação não se conseguiu apurar, muito menos os principais agentes. O mesmo aconteceu com o circuito espacial de produção de horticultura, cujo nível de organização não foi possível aferir, embora se tenha percebido que desempenha um papel relevante para o sector da restauração no Tofo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção social do espaço em Inhambane, particularmente na Praia do Tofo, permite perceber as diferentes articulações dos lugares com o turismo enquanto representante do capital oligopolizado. As comunidades locais participam no turismo por meio de uma produção local organizada que se pode compreender a partir das etapas da produção, distribuição, comércio e consumo. Com efeito, o turismo no Tofo não se abastece apenas com atividades que pertencem ao circuito superior da economia urbana, pelo que ativa diversos circuitos espaciais produtivos locais.

A pesquisa constatou que existe certa organização da comunidade em torno dos circuitos espaciais produtivos de pescado e artesanato, mas também há circuitos importantes como do material de construção local (cerâmica, tijolo queimado, palha), vestuário, entre outros. Um denominador comum dos circuitos espaciais ativados pelo turismo é a falta de especialização dos seus agentes e as fragilidades nas técnicas de produção, o que compromete a qualidade dos acabamentos e enfraquece o poder de negociação desses agentes. Os operadores turísticos tiram vantagens dessa falta de especialização técnica, explorando a mão de obra barata e pagando preços baixos.

Apesar desses circuitos espaciais produtivos constituírem oportunidades de gerar emprego e renda, percebe-se que a maior parte das relações contratuais é informal e baseada no parentesco, o que favorece cenários de exploração de trabalho humano e, consequentemente, limita as liberdades substantivas destes agentes.

Contudo, há operadores turísticos que se esforçam em valorizar os produtos locais, incorporando os mesmos na diferenciação da sua oferta turística, mas o carácter informal dessas relações e a pouca organização em associações e cooperativas fragilizam o capital social desses agentes e continua um desafio para que o turismo seja motor de desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Não menos importante, a sazonalidade do turismo e as baixas que se têm registado nos últimos anos não encorajam tanto os operadores como os agentes envolvidos nos diversos circuitos espaciais produtivos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspetiva ética e educativa de desenvolvimento. *Turismo: Visão e Ação*, 10(3), p. 357-377, 2008.

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2 (15), 2008.

AZEVEDO, F. F. Desenvolvimento local e capital social: uma abordagem teórica. *Geonordeste,* 1, p. 87-105, 2008.

BANDUCCI JÚNIOR, A. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. *In*: BANDUCCI JÚNIOR, A.; BARRETO, M. (org.). *Turismo e identidade local*: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? *In*: MADOERY, MADOERY, O.; BARQUERO, A. V. (org.). *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BRAMBILLA, A.; BAPTISTA, M. M. Os Estudos Culturais aplicados ao turismo. *In*: LISBOA FILHO, F. F.; BAPTISTA, M. M. (org.). *Estudos Culturais e Interfaces: objetos, metodologias e desenho de investigação. Aveiro*. Universidade de Aveiro, Programa Doutoral em Estudos Culturais; Santa Maria, UFSM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, p. 104-122, 2016.

CAMPOS, C. J. G. O método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 57 (5), p. 611-614, 2004.

CASTILO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza,* 22 (3), p. 461-474, 2010.

DANTAS, A. Circuito espacial de produção e lugar. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (org.). Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal, Sebo Vermelho.

GONÇALVES, E. P. M.; PEREIRA, G. C. Desenvolvimento humano: repensando o conceito no âmbito interdisciplinar. *Revista Contrapontos*, 17 (4), p. 717-728, 2017.

GUAMBE, J. J. J. Turismo e produção do espaço na zona costeira de Inhambane. *Turismo: Estudos & Práticas*, RTEP/UERN, 7 (2), p. 77-97, 2018.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Resultados Definitivos: Censo 2017 – IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo, 2019.

JOVCHELOVICH S.; BAUER MW. Entrevista Narrativa. In: BAUER M. W.; GASKELL G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:* um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KRAVEIRINYA, J. A origem da capulana em kaPolana. *O Autarca – Jornal Independente,* 6/11/13, edição 2653, p. 3-4, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desarrollo a Escala Humana. *Development Dialogue*, número especial, 1986.

MAX-NEEF, M. *Desarrollo a escala humana*: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. 2. ed. Barcelona: Icaria Editorial, 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO. *Segundo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDT II).* Maputo, 2016.

MORAES, A. C. R. Circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (org.). *Dos Circuitos da Economia Urbana aos Circuitos Espaciais de Produção*: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

MOURA, E. P. G.; PEREIRA, G. C. Desenvolvimento humano: repensando conceitos no âmbito interdisciplinar. *Revista Contrapontos* (Eletrônica), 17 (4), p. 717-728, 2017.

NUNES, M. R. O.; SANTOS, K. M.; AZEVEDO, F. F. Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12 (2), p. 443-452, 2014.

PEREIRA, R. M. F.; BOHEM, S. M. Ferrovia das Bromélias: revitalização de um trecho da Estrada de Ferro Santa Catarina – resgate cultural e turismo. *In*: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. T. *Planejamento turístico*. Barueri-SP: Manole, 2006.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIQUELME, S. F. La política social ante el desarrollo humano sostenible: propuestas de renovación teórica. *Rev. Acad. Universidad de Málaga*, 4 (8), 2010.

SANTOS, M. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana. São Paulo: Edusp, 2008.

SEERS, D. The Meaning of Development. *Revista Brasileira de Economia,* 24 (3), 1970.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TERENCIANO, F.; MUCACHE, C.; PEDRO, Z. Neoliberalismo e as percepções do papel do turismo em Moçambique: uma discussão crítica. *REID – Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1 (8), p. 1-21, 2017.

SOBRE OS AUTORES

ALBERTO JOSÉ MATE – Doutorando em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas pela Universidade de Aveiro (2016) e Licenciatura em Linguística e Literatura pela Universidade Eduardo Mondlane (2008). Atualmente é Assistente Universitário da Universidade Save – Moçambique e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Comparados, Crítica e Africanidades – GEPECCA/ CNPq. Tem experiência na área de Literaturas Africanas, Crítica Cultural, Turismo e Desenvolvimento Regional.

E-mail: albertojmathe@gmail.com

FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO – Bacharel em Ciências Econômicas, com estudos realizados na Universidade Católica de Santos – São Paulo (3 primeiros anos do curso) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2 últimos anos do curso); Licenciado em Geografia pela Faculdade Católica de Uberlândia – Minas Gerais; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais, com Estágio Doutoral na Universidade de Barcelona – Espanha. Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Professor Visitante Sênior da Universidade de Barcelona (Espanha) – (2019-2020 – Bolsista do Programa de Internacionalização PRINT/CAPES/UFRN). Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Cursos de Licenciatura e Bacharelado), Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN (Mestrado e Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN (Mestrado e Doutorado). Editor-Chefe da Revista Sociedade e Território. Orientador de Mestrado e Doutorado. Tem experiência docente nas áreas de Economia, Geografia e Turismo. Coordenador de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão Universitária. Desenvolve pesquisas sobre: Reestruturação produtiva, circuitos espaciais de produção, circuitos da economia urbana, desenvolvimento local e regional, turismo e produção do espaço, turismo e políticas públicas, Economia solidária e participação social. Coordena e/ou participa de projetos de Pesquisa e Extensão no Brasil, Espanha e Moçambique – África.

E-mail: Ffazevedo@gmail.com